



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta.

Em 30/06/2009

1º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa  
30 JUN 2009  
Protocolo 352/09  
Processo 350/09

PROJETO DE LEI

Nº 599/09



AUTOR : Deputado Jesualdo Pires

**“OBRIGA AS CONCESSIONÁRIAS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS A EMITIR, NO FINAL DE CADA ANO, RECIBO DE QUITAÇÃO PARA OS CONSUMIDORES”.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

**Art. 1º** As concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos emitirão, ao final de cada ano, recibo de quitação dos serviços prestados no ano anterior para os consumidores.

**Parágrafo Único** – A quitação poderá vir expressa nos boletos de cobrança.

**Art. 2º** O descumprimento do disposto no artigo 1º ensejará a multa de 5.000 (cinco mil) Unidade Padrão Fiscal do Estado de Rondônia – UPF/RO.

**Parágrafo Único** – Sem prejuízo do disposto no caput a infração a esta Lei impedirá a renovação ou prorrogação do contrato de concessão.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

**Art. 4º** As concessionárias e empresas prestadoras de serviços públicos com contrato em vigor terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para se adequarem ao previsto nesta Lei, a contar da data de sua publicação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 24 de Junho de 2009.

Deputado **JESUALDO PIRES**  
1º Secretário da ALE



ESTADO DE RONDÔNIA  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR : Deputado Jesualdo Pires

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por objetivo maior beneficiar a população residente no Estado de Rondônia, com total controle sobre as contas pagas e pela aquisição de consumo de serviços prestados por diversas concessionárias e empresas que encontram-se a serviço do Estado, haja vista que estes consumidores necessitam para comprovação a quem de direito, guardar inúmeras guias de boletos pagas durante tempo indeterminado, buscando prevenir-se de qualquer risco que possa vir a acontecer em cobrança indevida de despesas.

Nosso pleito justifica-se pela grande relevância em desobrigar a população de acumular várias comprovantes de pagamentos, em virtude das prestadoras de serviços ratificarem em um único documento, o pagamento de todas as dívidas no exercício financeiro anterior, facilitando e melhorando o controle e dirimindo quaisquer tipos de eventuais erros na cobrança e que possam vir a prejudicar o consumido.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 24 de Junho de 2009.

Deputado **JESUALDO PIRES**  
1º Secretário da ALE